

1 JUL 1985

A. Constituinte e agonia

29 JUL 1985

O presidente da República, José Sarney, cumpriu o compromisso da Aliança Democrática, de convocar a Assembléia Constituinte para 1987. Mas, ao fazê-lo, é provável que tenha deflagrado, um processo cujo desfecho não comporta qualquer previsão otimista.

Com a remessa da mensagem da Constituinte ao Congresso, Sarney assumiu, de fato, um lance preparado pelo falecido presidente Tancredo Neves, em condições que só este conhecia e julgava controláveis pelos freios de seu carisma. Ao avalizá-lo agora — e seria impossível não fazê-lo — Sarney está abrindo nova frente de luta governamental, sem saber com quantos aliados conta e quais são os adversários que terá de enfrentar.

A idéia da Constituinte implica a noção de ruptura. O que hoje está constituído, política e juridicamente, é precário, pois uma nova situação está prestes a constituir-se, com a aprovação da próxima Carta Constitucional. Sob esse aspecto, o ato convocatório da Constituinte equivale ao reconhecimento de que o atual governo está atravessando a ponte que liga o passado ao futuro.

Governando num regime efêmero, em transe de agonia, é natural que aumentem as dificuldades para o relacionamento de Sarney com a sociedade e o Congresso. Por sinal, o índice de popularidade do Presidente cresceu nos últimos meses, mas isso não evitou que o Legislativo — onde a Aliança Democrática é majoritária — lhe criasse problemas. Ante à perspectiva de esvaziamento do prestígio presidencial o sentimento irredentista das bases de sustentação parlamentar do governo deverá ampliar-se, vez que o êxito da política não estará mais entre o Palácio do Planalto e o Congresso, mas entre eles, juntamente com os partidos, e a sociedade.

FOLHA DE SÃO PAULO

Acréscimo que a Aliança Democrática tende a desagregar-se, em função das eleições diretas para prefeito das capitais, em novembro.

O frentista Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia, tem a preocupação ética de preservar o acordo entre a Frente e o PMDB, pois é parte integrante do governo. Aos correligionários de Aureliano, porém, só interessa eleger o frentista Maurício Campos prefeito de Belo Horizonte ou derrotar o candidato peemedebista a esse cargo.

Em São Paulo, pode ser que a Frente não lance candidato à Prefeitura, optando pelo apoio a uma candidatura contrária à do senador Fernando Henrique, do PMDB, possivelmente a do ex-presidente Jânio Quadros. No Rio de Janeiro, em Porto Alegre e noutras capitais, com raras exceções, os interesses do PFL e do PMDB também não coincidem. Na realidade, as duas agremiações, acossadas eleitoralmente pelo PDT e PT e parlamentarmente pelo PDS, estarão disputando, em novembro, uma prévia para as diretas de presidente da República.

De um lado, a candidatura Aureliano, da Frente; do outro, a dos peemedebistas Franco Montoro e Ulysses Guimarães, sem falar na do senador Fernando Henrique e do governador de Minas, Hélio Garcia, além do deputado mineiro José Aparecido, que governa Brasília e corre o páreo sucessório por fora. Tais ingredientes, somados ao debate da Constituinte, condimentarão, pois, em escala considerável, a agonia do regime de transição do presidente Sarney.

Rubem de Azevedo Lima